

**Parecer nº 61/98**

Data: 1998.05.27

Processo nº 342

**Requerente:** Irene da Conceição Gonçalves

**I – O Pedido:**

Irene da Conceição Gonçalves identificada nos autos, requer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para o acesso ao processo clínico do parto do seu filho Nuno Miguel Gonçalves Fogaça, ocorrido no Hospital Militar Principal, em 17 de Novembro de 1981, e ainda ao processo clínico do mesmo filho, relativo ao seu internamento no mesmo hospital, ocorrido no período de 12.09. a 01.10.86., pretendendo o acesso aos identificados processos clínicos para esclarecimento num processo de recuperação “que se está tentando”.

**II – O Direito:**

O pedido de acesso dirige-se a documentos nominativos respeitantes a terceiro, no caso, processos clínicos do parto e internamento, abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada – alíneas b) e c) do nº 1 do Art. 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei do Acesso Aos Documentos Administrativos - LADA).

O nº 2 do art. 7º da LADA limita o acesso aos documentos nominativos à pessoa a quem os dados respeitam e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal nos termos impostos pelo art. 8º da LADA, cujo nº 3 impõe que o invocado interesse, pessoal e directo, junto de entidade da Administração Requerida, deve ser acompanhado de Parecer favorável da CADA.

Verifica-se que Requerente tem a qualidade de Mãe e pretende conhecer os identificados processos clínicos de seu filho, ainda menor, em posse do Hospital

Militar Principal. A Comissão tem entendido em anteriores Pareceres que a relação familiar existente – mais próxima e intensa neste caso, dada a menoridade do filho e como tal ao abrigo do conteúdo do poder paternal genericamente definido no art. 1878º do Código Civil - é razão suficiente que, por si só, permite fundamentar o interesse directo e pessoal da Requerente, sem necessidade de invocar qualquer valor moral, material ou outro que possa resultar do acesso.

Incindindo o direito de acesso sobre informações de carácter médico estas terão que ser comunicadas à Requerente no presente processo por intermédio de médico, por si designado, nos termos do nº 2 do art. 8º da LADA.

### **III - Conclusão:**

Termos em que e pelo exposto ao abrigo do nº 3 do art. 8º da LADA, a Comissão emite Parecer favorável ao acesso por parte da Requerente aos processos clínicos identificados no PEDIDO, respeitantes ao parto e período de internamento no Hospital Militar Principal do seu filho menor Nuno Miguel Gonçalves Fogaça.

O direito de acesso terá que ser exercido através de médico designado pela requerente

Lisboa, 27 de Maio de 1998.

*Gameiro dos Santos (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – Vasco Almeida - Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – Castro Martins (Presidente)*